

Uma nova política cultural para o Brasil*

Gilberto Gil

O tema políticas públicas de cultura diz respeito diretamente ao tipo de Ministério da Cultura que estamos construindo. Desde o primeiro dia de trabalho, a equipe que se encontra hoje à frente das secretarias, assessorias, fundações e autarquias culturais do governo federal se colocou o objetivo, e também o desafio, de adotar e exercer, plenamente, no campo da cultura, o conceito de política pública. Parabéns, portanto, aos organizadores, pela escolha do tema e das perguntas que serão respondidas pelos participantes. Vou aqui dar algumas contribuições aos debates de vocês, e quero ter acesso aos desdobramentos.

Se uso a palavra desafio, é porque ainda estamos, de certo modo, na adolescência do Ministério da Cultura, na adolescência das políticas públicas de cultura, ou seja, na adolescência do modo como os poderes públicos pensam e tratam a cultura. O MinC completou 20 anos há cerca de dois meses; a Constituição incorporou artigos específicos sobre o assunto apenas em 88; e as leis de incentivo ora em vigor foram criadas nos anos 90.

A cultura que temos ainda é majoritariamente a das ações pontuais e a das reflexões empíricas.

Quase tudo o que o Brasil apresenta, nesta seara, ainda é muito recente, se pensarmos que o país tem mais de 500 anos de história. Durante muito tempo, pensou-se que a atuação do Estado na cultura deveria resumir-se ao trato da memória, do patrimônio, da tradição e dos livros. Quando a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o IPHAN foram criados, esta era uma noção contemporânea e progressista.

Mas o tempo se encarregou de mostrar que era necessário avançar. E os governantes que sucederam os fundadores da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do IPHAN não tiveram, infelizmente, a mesma sagacidade. Foi apenas no regime militar que a cultura voltou a freqüentar novamente os salões do poder, não como enfeite, mas como território de uma intervenção significativa do Estado.

O primeiro governo civil pós-regime militar teve o mérito de criar o MinC e a primeira lei geral de financiamento público da cultura. Mas o processo de evolução foi parcialmente interrompido no governo seguinte,

* Conferência proferida pelo Ministro da Cultura em 9 de maio de 2005, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



com o desmonte das instituições federais de cultura. Era a política de redução do papel do Estado aplicada à cultura. Depois, vieram as leis de incentivo e a recuperação lenta daquelas instituições.

O século XXI encontra um Ministério da Cultura em busca de programa, identidade e meios. Reduzido ao papel de gestor das leis de incentivo, que apresentam limites e distorções evidentes. Assim, é preciso encarar os reflexos de ziguezagues do passado: há mais servidores aposentados do que na ativa; o orçamento é o menor da Esplanada; instituições, instrumentos e vontades estão desarticulados; os balcões atendem os “escolhidos”. Como superar este quadro?

Paradoxalmente, MinC e secretarias de cultura de estados e municípios não desenvolveram a cultura das políticas públicas, a cultura do planejamento, a cultura das ações sistêmicas. E acompanharam de modo desigual a evolução do próprio setor. Por outro lado, a política segue tratando a cultura secundariamente, o que se reflete em sua virtual ausência como tema de campanha e de governo.

Diante disso, passamos a atuar em três frentes, de modo articulado. Internamente, ampliando o conceito de cultura; valorizando os conceitos de política pública, planejamento e ação sistêmica; mudando as diretrizes e metas; e elevando a capacidade de trabalho, para dar um sentido prático às novas visões e atitudes. Reconceituar o território e o objeto eram vitais para empreender o salto de qualidade que se desejava.

Dentro do governo, procuramos destacar o caráter estratégico da cultura e das atividades de produção e difusão de bens e serviços culturais, demonstrando seu impacto na renda, no emprego e na formação do capital humano da sociedade, seu potencial de instrumento de transformação coletiva e individual. Tudo isso para mostrar que o investimento público em cultura não é secundário, mas de primeira necessidade.

Finalmente, estabelecemos um diálogo com a comunidade de artistas, produtores e estudiosos de cultura, e com a sociedade, no sentido de afirmar a importância da cultura, seu caráter estratégico, e os valores com os quais passamos a lidar: cultura enquanto produção simbólica, cidadania e economia; democratização do acesso à fruição e à produção, pluralidade, diversidade, identidade, convergência.

Isso tem a ver com uma visão de Brasil que incorpora a crença profunda no potencial deste país e deste povo. Vou me deter um pouco neste aspecto. O processo de formação do Brasil e da sociedade brasileira tem como marca principal a mestiçagem, ou seja, a mistura e a reciclagem permanente de valores, referências, sentimentos, signos e raças.

Esta mestiçagem produziu aqui uma cultura tão intensa quanto diversa. E fez das múltiplas expressões culturais do nosso povo o principal fator de diferenciação e de valorização do país no mundo globalizado. Podemos encontrar no Brasil um grau de diversidade comparável ao de poucos países.



Aqui há elementos, traços, temperos, de culturas de quase todo o planeta, do passado e do presente, em estado de fusão.

O instrumento básico da mestiçagem brasileira tem sido, desde 1500, a antropofagia cultural, que pode ser definida como o processo pelo qual se absorve, se digere, se transforma e se devolve ao mundo, na forma de novidade, o caldo cultural gerado pela tradição dos que formaram esta sociedade, e pelas influências culturais externas que ela sofreu ao longo dos vários séculos de sua existência.

No vasto universo real e simbólico da cultura brasileira pulsa uma produção que vai do erudito ao popular, do pré-histórico ao *high-tech*, do clássico ao inovador. Que tem elementos africanos, asiáticos, europeus e indígenas. Uma produção que nasce da criatividade do povo brasileiro, se multiplica em sua miscigenação racial, se aprofunda em sua sensibilidade e se potencializa em sua disposição para superar as adversidades.

Na era da informação, em que o saber e o simbólico tornam-se os principais ativos de um país, de uma empresa e de qualquer organização ou comunidade, a vitalidade e a diversidade cultural são fatores decisivos. A cultura é um tesouro, um ativo social e econômico em permanente estado de transformação. Que não pára no tempo e no espaço, e que se revitaliza no diálogo entre tradição e invenção.

Pode-se dizer que a produção cultural, em todas as suas formas e meios, constitui uma das principais economias do Brasil, que deve ser

percebida enquanto tal e aproveitada. O samba do Rio, o Carnaval de Salvador e Recife, a festa de Parintins, assim como o cinema, o teatro e companhia, constituem economias de alto valor agregado, elevado dinamismo e grande impacto sobre renda e emprego.

É preciso ver a cultura, portanto, como algo essencial, e não apenas como o vaso de flores que ornamenta o lazer da elite. Trata-se de um propulsor do desenvolvimento do país; de um fator de diferenciação e competição. Um instrumento de transformação e compreensão do mundo o qual merece ser encarado como prioridade governamental e individual, e como canal de diálogo vital entre pessoas e instituições.

Muita gente no próprio governo federal, neste e nos anteriores, tem dificuldade de compreender o papel da cultura, sua dimensão estratégica. Não conseguem encaixar a cultura nos rótulos com que trabalham. Não vêem a cultura como política social de infra-estrutura, nem industrial. Esta dificuldade tem uma explicação: a cultura encarna tudo isso ao mesmo tempo: é social, é econômica, e é prazer também.

Neste mundo ainda marcado por injustiças e desigualdades, está provado também que a cultura qualifica as relações sociais e reduz os focos de tensão e violência, elevando a auto-estima e o sentido de pertencimento do indivíduo. Ela liga as pessoas, estimula as trocas, aproxima, identifica, induz à superação, faz pensar, enfim, valoriza o que o ser humano tem de mais humano, para o bem e para o mal. Faz com que a gente seja mais e vá além, experimentando novos rumos.



Portanto, quando falamos de cultura, falamos da essência da vida humana. De algo tão vital quanto o ar, quanto a natureza. Por isso, é necessário conectar a cultura a todas as dimensões da existência, ao que faz o mundo funcionar, sobretudo à economia e à política. Algo tão fundamental precisa de atenção, de cuidado, de interesse. Precisa do investimento de todos: governos, empresas, organizações não-governamentais, cidadãos. Precisa de eventos como este.

A cada dia, cada viagem, cada conversa, conheço um pouco mais, intuo mais, e vejo que o horizonte se distancia, pois a descoberta mostra que ainda há muito por descobrir. O trabalho como ministro tem sido uma experiência de revelação e de encantamento com o país, com o povo brasileiro. E quanto mais fazemos, mais surge para fazer. De fato, tão evidente quanto a riqueza da cultura brasileira é o seu potencial não-realizado e a incompreensão de seu papel.

Potencial de renda, de emprego, de qualificação das relações sociais, de auto-estima, de soberania, de crescimento individual, de inclusão social, de cidadania, de sensibilidade e de prazer. Faltam recursos, claro. Mas não falta empenho, não falta vontade. E não falta inspiração. A cultura mestiça do Brasil é a grande conquista deste povo e a sua principal contribuição a um planeta ainda marcado pela guerra, pela intolerância, pela busca da hegemonia e pela segregação.

Não é por acaso que há tanta simpatia pelo Brasil mundo afora, tanto apreço pela nossa

música, pelo nosso futebol, pelo nosso cinema, pela nossa literatura, pelas manifestações coletivas dos brasileiros. Há no Brasil um sentido evidente de superação, de celebração da vida, de intensidade emocional, de liberdade, que comove quem nos vê, nos ouve, nos toca, nos prova e nos cheira.

Trata-se da perfeita antítese da guerra, da intolerância, da hegemonia, da segregação. Não podemos perder isso. Não podemos nos curvar à barbárie. Não podemos deixar de acreditar no sucesso do país. E mais... Além de reconhecer e cultivar o que há de bom, temos a obrigação de aproveitar o evidente potencial afetivo e econômico da cultura nacional. Devemos incorporá-la, como protagonista, ao projeto de desenvolvimento do país. Não basta crescer, não basta distribuir renda; é preciso democratizar o acesso à felicidade.

Assim como o homem não é apenas o homem econômico, nem apenas o homem social, o homem cultural, mas o homem-homem, soma e multiplicação das várias dimensões de sua existência, e de seus encontros, trocas e demais relações, também o processo de desenvolvimento da humanidade, do planeta e dos países é, necessariamente, econômico, social e cultural, *tudo-ao-mesmo-tempo-agora*, conforme a definição poética e afinada de Arnaldo Antunes.

Portanto, nada mais natural do que a incursão de um ministro da Cultura, e de um ministro-artista, por este território que já foi exclusivo de economistas. O território da conexão



direta entre cultura e desenvolvimento. Sinto-me à vontade para frisar que as políticas de desenvolvimento humano de governos, blocos de governos e organismos multilaterais que não considerem a dimensão cultural, e que não se culturalizem, das duas, uma: ou não visam efetivamente ao desenvolvimento, ou não visam ao humano. E porque somos humanos, demasiado humanos, é que devemos falar em desenvolvimento pleno, sem adjetivos.

Creio que um Ministério da Cultura preocupado com o tema do desenvolvimento pode contribuir decididamente, ao se ocupar da dimensão econômica da cultura e da dimensão cultural e social da economia. As economias criativas (e, portanto, “culturais”) são, entre as atividades econômicas, as que mais se aproximam do conceito de duplo *win*. Geram riqueza e prazer; produzem bem-estar social e conectam pessoas; valem-se do saber humano e o impulsionam.

As tecnologias digitais potencializam esta vocação, ao reduzir os meios físicos de armazenamento de conteúdos, elevar a diversidade, multiplicar os modos de produção e acelerar a difusão desses conteúdos. Uma política pública de cultura contemporânea pode ser não apenas compensatória ou inclusiva, no sentido tradicional, mas geradora de emprego, renda e felicidade (e, portanto, de um desenvolvimento humano pleno, tendo o homem como parâmetro e meta).

A idéia de desenvolvimento tem pouco mais de meio século de existência. Ela começou no

fim da Segunda Guerra Mundial, com os trabalhos de reconstrução da Europa. Ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento foi se tornando mais e mais complexo, como o próprio contexto, ou a noção que temos dele. No início, vingou a noção ingênua de que bastaria investir nas forças produtivas, nos agentes econômicos, pois o crescimento econômico resolveria tudo.

Das visões unidimensionais de desenvolvimento chegamos à visão multidimensional, que nos permite pensar o desenvolvimento (e seus indicadores) como o processo (e os sintomas) de um acesso efetivo, pelo ser humano e pelas sociedades humanas, ao conjunto dos direitos humanos, de três tipos: os direitos políticos, ou seja, a cidadania, a participação e a democracia; os direitos econômicos, sociais e culturais, combinados; e os direitos difusos, como o direito à cidade, ao ambiente saudável, à igualdade de oportunidades.

Visto de um ponto de vista cultural, o desenvolvimento seria o processo negociado entre os agentes sociais de apropriação crescente e efetiva, por todos nós, dos direitos humanos fundamentais. E das riquezas e valores gerais. Quanto maior for a quantidade, a intensidade e a qualidade das trocas entre as pessoas, maiores serão as suas chances de felicidade, de bem-estar, de inclusão. E maiores serão as chances de o desenvolvimento gerar mais desenvolvimento.

Como este processo pode ser induzido? Penso que através de quatro políticas complementares. Primeiro, a política de universalização



e qualificação da educação, da cultura e da saúde. Depois, as políticas compensatórias as quais resolvem ou mitigam os problemas imediatos. Em terceiro, a política de distribuição primária da renda através de emprego e salário. E, finalmente, a política de regulação e incentivo do mercado, para que ele realize seu potencial de inclusão, progresso e democracia, tornando-se menos oneroso ao ambiente e à vida, e colocando-se a serviço dos interesses da sociedade.

E qual seria o princípio dessas políticas? Penso que o vital é tratar de maneira desigual os desiguais, conferindo às ações um sentido afirmativo, ou seja, substituir as “discriminações negativas” pelas “positivas”. Essa idéia, aliás, não é nova: ela surge nos anos 50, na obra de um economista sueco, ganhador do Nobel, chamado Gunnar Myrdal, para quem a criação de condições dignas em uma sociedade passa pelo tratamento preferencial do fraco, para potencializar e despertar fatores econômicos existentes, mas adormecidos.

Retomo, aqui, os pensadores que procuram resgatar o desenvolvimento das concepções singulares do *economês*. Como eles, penso que o desenvolvimento não é um conceito da economia, mas que a economia é uma dimensão, e também um instrumento, do desenvolvimento, um processo que tem necessariamente finalidade ética e condicionalidade ambiental e cultural. A economia existe para servir à idéia de que a humanidade encontra-se em permanente processo de desenvolvimento, diversificação e evolução.

Temos um programa no MinC que encarna esta visão. É o programa dos Pontos de Cultura. Ele não trata de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Trata-se de potencializar a pesca que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. Ao contrário, elas crescem, elas se consolidam, elas se desdobram e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura nacional.

Cada Ponto de Cultura é um amplificador das expressões culturais da sua comunidade. Onde se faz (ou se quer fazer) música, há um estúdio de gravação digital com capacidade para gravar, fazer uma pequena tiragem de CDs e botar na *internet* o que foi gravado. Onde se faz (ou se quer fazer) vídeo, cinema ou televisão comunitária, há um estúdio de vídeo digital com câmera, ilha de edição, microfones e mala de luz. E mais: dança, teatro, leitura, artes visuais, *web*, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fazer.

Trata-se de um programa flexível, que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade a si. Um programa que será não o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada de grandioso, certamente. Mas sua multiplicação integrada com banda larga e sites, emissoras de TV e rádio comunitárias,



programas na TV pública e jornais comunitários, deve produzir uma revolução silenciosa no país, invertendo o fluxo dos processos históricos. Agora será da periferia à periferia, e depois ao centro. E não mais do centro para a periferia.

Em resumo, o programa é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Uma tentativa de induzir culturalmente o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Uma pequena ilustração de tudo o que procurei falar anteriormente. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, ele envolve a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples “deixar fazer”, porque parte de uma instigação, uma emulação, que é o próprio do-in antropológico. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis e surpreendentes.

O que acontece quando se solta uma mola comprimida? Quando se liberta um pássaro? Quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...

Vocês sabem que tenho empreendido um esforço público para incluir a cultura entre os itens prioritários da agenda do governo e da sociedade brasileira, reiterando diariamente que ela merece tratamento de assunto de Estado. Estou convencido de que não poderemos, a despeito do empenho e da vontade política da minha equipe, realizar plenamente as metas do programa de governo, e as novas metas que a experiência de 30 meses agrega ao nosso

repertório, sem que todo o governo abrace as políticas públicas de cultura.

Se desejamos consagrar o movimento de mudança deflagrado pela eleição do presidente Lula; se queremos que este movimento não seja superficial, mas profundo, capaz de mergulhar no corpo e no espírito do país; então não basta elaborar e implementar programas setoriais; deve-se cuidar da estruturação, da dinamização e da regulação da economia da cultura, na direção de uma auto-sustentabilidade inclusiva. Deve-se incorporar uma visão estratégica e articulada de cada setor, compreender seu papel, as especificidades de suas dinâmicas e as contribuições possíveis à geração de renda e emprego, à afirmação da identidade nacional e grupal, a requalificação das relações sociais.

Tenho insistido na idéia de que este governo, seja na administração direta, seja na administração indireta, nas empresas públicas e agências, deve praticar diariamente a fotossíntese política, trabalhando sempre à luz do dia, sem filtros ou anteparos de qualquer natureza, de modo a estabelecer uma relação mutuamente sincera e estimulante com a sociedade brasileira. Estamos exercendo este princípio do MinC. Parto ainda de uma indignação compartilhada por quem está plenamente consciente da grandeza deste país e desta sociedade. Como é possível que uma nação tão rica e plural em manifestações e valores culturais tenha um Estado tão omissivo em sua visão da cultura e das políticas culturais?



A realização do sonho coletivo de construir um país de todos passa necessariamente pela cultura. Não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos “artístico-intelectuais”, mas em seu sentido pleno, antropológico e econômico. Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossa identidade, permanentemente alimentada pelos encontros entre as múltiplas representações do ser brasileiro e da diversidade cultural do planeta. Como espaço de realização da cidadania e superação da desigualdade.

A tarefa do MinC é formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza entre as nações, e que singulariza, na nação, as comunidades que a compõem. Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumentos de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo. A cultura se impõe no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve estar presente, especialmente em âmbito local. Porque é justamente nas comunidades que as relações e expressões culturais se efetivam. Um programa mobilizador para a cultura brasileira só poderá

contribuir de fato para a recuperação da dignidade nacional e a construção de um Brasil socialmente mais equilibrado e saudável se partir da periferia para o centro, do local para o federal.

Temos, por isso, três desafios centrais: retomar o papel constitucional de órgão formulador, executor e articulador de uma política cultural para o país; completar a reforma administrativa e a capacitação institucional para operar a política e obter os recursos indispensáveis à implementação da política. Estamos dando passos objetivos para enfrentar esses desafios. Quero que esta seja a gestão que construiu o Sistema Nacional de Cultura, que deu ao MinC referenciais e ferramentas para atuar no campo da economia da cultura, que estabeleceu, em tempos democráticos, um conjunto de políticas públicas de cultura, e que realizou o mais abrangente programa de inclusão cultural deste país, em parceria com os estados e municípios, dando vez e lugar a todas as manifestações culturais, em especial às culturas populares, indígenas e afro-descendentes.

Para encerrar, retomo e refaço um antigo lema religioso, correndo o paradoxal risco de soar absolutamente pagão, e naturalmente despojando-o de qualquer dogmatismo: na eterna dialética entre barbárie e civilização, só a cultura salva.

Muito obrigado.